

Sarney veta dois turnos e mais sete dispositivos

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney vetou ontem a realização de eleições em dois turnos nos municípios com mais de 200 mil eleitores, além de outros sete dispositivos do projeto de lei que regulamenta o pleito municipal de 15 de novembro. Confirmando, no entanto, informações divulgadas na terça-feira, ele manteve o artigo que permite a participação de não-candidatos no horário de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

O Porta-voz da Presidência, Carlos Henrique de Almeida Santos, justificou o veto aos dois turnos afirmando que a atual Constituição não prevê isto em eleições municipais. Alegou também existir um parecer da justiça eleitoral contra a sua adoção.

Entre os dispositivos vetados pelo Presidente da República está o que permitia a participação, com direito a voto, dos membros dos diretórios regionais nas convenções municipais

convocadas para escolher os candidatos. O parágrafo 2º do artigo 11 do projeto determinava que "os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no município" também participariam da convenção.

Sarney vetou ainda o parágrafo 3º do artigo 14, que não delimitava a quantidade de candidatos de cada agremiação nas coligações. Na prática, um partido maior poderia inscrever candidatos nas vagas dos seus parceiros menores, se estes não conseguissem reunir nomes em número suficiente.

O artigo 18 do projeto, vetado integralmente, permitia a dissolução dos Diretórios Municipais pelos Regionais, em caso de desobediência à orientação do órgão superior, e a nomeação de comissões provisórias para representar o partido no Município. Desta forma, será preservada a autonomia da instância local.

A apuração do resultado das eleições será feita pelas mesas coletoras

apenas em caso de decisão neste sentido do Tribunal Eleitoral, pois o Presidente vetou o artigo que estabelecia a contagem imediata de votos pelos próprios membros das mesas eleitorais. O prazo para impugnação dos eleitos, caiu de 15 dias, como estava no projeto, para três, a contar da diplomação dos eleitos.

O veto ao artigo 27 permite às administrações federal e estadual contratarem ou exonerarem funcionários durante o período que vai da publicação da lei à posse dos novos prefeitos, ficando contratações e demissões proibidas apenas aos órgãos municipais. A proposta aprovada pelo Congresso as vedava igualmente à União, Estados e Municípios.

Finalmente, os partidos não poderão alterar seus programas nos seis meses anteriores às eleições, mantendo-se as restrições da atual legislação, que seria revogada pelo artigo 37 do projeto de lei.